

# A CONCEPÇÃO DE NATUREZA NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL E A CRISE AMBIENTAL

Wallace Carvalho Ribeiro<sup>1</sup>  
Wolney Lobato<sup>2</sup>  
Lídia Maria L. P. Ribeiro de Oliveira<sup>3</sup>  
Rita de Cássia Liberato<sup>4</sup>

## RESUMO

A civilização ocidental, especialmente a partir do século XVIII, estabelece uma nova relação com a natureza. A mesma passa a conceber o homem como ser superior, destacado da natureza, contribuindo decisivamente, através da exploração dos recursos naturais de forma inadequada, para a crise ambiental atual. Sendo assim, este artigo procura apresentar os pressupostos históricos e filosóficos dessa crise e expor algumas de suas consequências, na intenção de contribuir reflexivamente para o debate e a construção de uma sociedade mais justa e solidária, ecológica e eticamente responsável.

Palavras-chave: Crise ambiental. Civilização Ocidental. Natureza. Homem. Sociedade.

## ABSTRACT

### THE CONCEPT OF NATURE IN WESTERN CIVILIZATION AND ENVIRONMENTAL CRISIS

*Western civilization, especially from the eighteenth century, established a new relationship with nature. This man is conceived as a superior being, detached from nature, contributing decisively through the exploitation of natural resources inadequate for the current environmental crisis. Therefore, this article presents the historical and philosophical assumptions of this crisis and exposes some of its consequences, with the intention of contributing to the debate reflexively and in building a more just and caring society, ecologically and ethically responsible.*

*Keywords: Environmental crisis. Western Civilization. Nature. Man. Society.*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia – Tratamento da Informação Espacial (PUC Minas) e professor do Departamento de Geografia da PUC Minas. E-mail: [wallacecarvalho@yahoo.com.br](mailto:wallacecarvalho@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências e História Natural (UFMG), professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. E-mail: [recep.proppg@pucminas.br](mailto:recep.proppg@pucminas.br)

<sup>3</sup> Doutora em Filosofia da Educação (UNICAMP), professora do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da PUC Minas. E-mail: [lidiamro@pucminas.br](mailto:lidiamro@pucminas.br)

<sup>4</sup> Doutora em Geografia – Tratamento da Informação Espacial (PUC Minas) e professora do Departamento Ciências Sociais da PUC Minas. E-mail: [liberato@pucminas.br](mailto:liberato@pucminas.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de natureza na civilização<sup>5</sup> ocidental<sup>6</sup> é marcada pela separação homem-natureza. Em outras palavras, a natureza passou a ser vista, especialmente a partir do século XVIII, como fonte inesgotável de recursos, servindo de base para o metabolismo ilimitado da produção capitalista que, através de um modelo de razão – razão instrumental – justifica, por um lado, a exclusão dos homens da natureza e, por outro, a ação desses sobre os demais integrantes da natureza.

Os efeitos desse processo histórico podem ser notados nas rápidas e complexas transformações ambientais (naturais e humanas), das quais erigiram múltiplas degradações na Terra em diversas escalas geográficas. Deve ser salientado que a crise ambiental atual se mostra antrópica e planetária, tendo por base valores, percepções e comportamentos que, se não alterados, comprometerão, ainda mais, a vida no planeta.

As reflexões sobre a ação humana na natureza não são recentes, pois desde o início do século XX emergem discussões que têm como foco denunciar e refletir sobre os problemas ambientais, apontando, já naquele momento, para a necessidade de um novo projeto emancipatório, objetivando uma sociedade mais justa e solidária, ecológica e eticamente responsável. Neste contexto, a educação assume papel de destaque e, em seu âmbito, a Educação Ambiental (EA) assume relevância crescente.

A EA é um processo que deve ser empregado objetivando conscientizar os vários atores sociais para que compreendam, por um lado, a sua importância no processo como agentes históricos, e por outro, como sujeitos capazes de atuar eficazmente na transformação do modelo de exploração da natureza em vigor, nos diferentes níveis (locais, regionais, nacionais e supranacionais), conforme as suas atuações/intervenções (micro ou macro). Assim, se coloca como alternativa para a construção de valores, hábitos e comportamentos fundados em uma consciência socioambiental crítica.

Este artigo foi elaborado com intuito de apresentar os pressupostos históricos e filosóficos da atual crise ambiental e expor algumas de suas consequências. Espera-se que esta reflexão auxilie no entendimento desta crise na contemporaneidade e, concomitantemente, estimule a ação no sentido de se construir uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2 CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL E NATUREZA: O HOMEM COMO SENHOR ABSOLUTO

O homem é a natureza que pensa, pois faz parte de sua essência a *práxis*, portanto a produção cultural, que, por sua vez, atribui sentido a tudo o que existe. Para Gonçalves (1990), cada cultura engendra uma determinada ideia do que seja natureza. Neste sentido, tem-se que cada forma em que os homens se organizaram para produzir e reproduzir a vida material deu origem a concepções distintas deles próprios e dos demais elementos constitutivos da natureza. Salienta-se que essas, por sua vez, são forjadas no plano socioeconômico, político e cultural de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos sociais.

---

<sup>5</sup> O vocábulo deriva do latim *civita*, que designava *cidade*, e *civile* – civil – o seu habitante (HOUAISS, 2008). Sob a ótica iluminista, civilização é o estágio da cultura social e da civilidade de um agrupamento humano caracterizado pelo progresso social, científico, político, econômico e artístico (CUCHE, 1999). Isto é, quanto maior a civilidade e mais evoluída uma nação, maior é o seu grau de civilização. E ainda, a civilização é um processo social em si, inerente aos agrupamentos humanos que tendem a evoluir com a variação a tendo por base as condições de produção e reprodução da vida material. Para Vesentini (2004), as civilizações abrangem vários povos distintos que constituem agrupamentos de sociedades com determinados traços culturais em comum: origem dos idiomas, crenças religiosas, tipo de organização familiar e outras.

<sup>6</sup> Apesar de reconhecer a existência de outras civilizações na contemporaneidade, este trabalho se restringirá à ocidental, que é fundamentalmente ligada à tradição cultural judaico-cristã e tem o capitalismo como modo de produção predominante.

A relação da civilização ocidental com a natureza é marcada pela separação homem-natureza, cultura-natureza. Entretanto, não se deve ter a ingenuidade de acreditar que tal dicotomia – característica marcante do pensamento ocidental – firmou-se perante outras concepções por ser superior ou mais racional, desbancando-as. A afirmação dessa oposição homem-natureza ocorreu no corpo da complexa história do Ocidente, mediante lutas com outras formas de pensamento e distintas práticas sociais (GONÇALVES, 1990). Voltando na história, é possível perceber que houve várias concepções de natureza e, também, de relação entre homem e natureza.

De acordo Soffiati (2002), nos séculos VI e V a.C., floresceu no mundo helênico um grupo de pensadores vigorosos denominados físicos naturais. Esta denominação decorreu do fato de as reflexões de seus integrantes girarem em torno da origem dos elementos formadores e do significado de natureza.

Embora fossem de escolas diferentes e, até mesmo, de concepções antagônicas, os físicos naturais possuíam, via de regra, uma postura de contemplação e uma compreensão de natureza como uma totalidade, pois tudo que existia, inclusive homens e deuses, integravam a natureza (SOFFIATI, 2002). Conforme Bornheim (1985), os filósofos pré-socráticos concebiam a *physis* como uma totalidade de tudo o que é, podendo ser apreendida em tudo o que acontece na realidade: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e dos homens, no *cosmo*, nos deuses, nos movimentos e mudanças do comportamento humano, na sabedoria, na política, dentre outros. Então, para esses filósofos, o conceito de *physis* é o mais amplo possível, compreendendo em si tudo o que existe.

Deve ser ressaltado que nas reflexões dos filósofos gregos Platão (428/27-347 a.C.) e seus seguidores mostram certo desprezo “pelas pedras e plantas” e o privilégio do homem e da ideia. Gonçalves (1990) lembra que tais filósofos viveram durante o apogeu da democracia grega, período no qual a Filosofia teve grande expressão. O estabelecimento do mundo grego, à luz da *pólis*, paulatinamente desqualificou os pensadores anteriores com suas noções míticas e não filosóficas da realidade. O filósofo seria um pensador superior em relação aos que os antecederam. Nesse sentido, iniciam-se mudanças no conceito de *physis*, tendo em vista que, para Platão, só a ideia e o pensar humano é que são perfeitos frente à realidade mundana.

Sem dúvida, a influência da tradição judaico-cristã, consolidada a partir da Idade Média, propiciou maior dimensão para a dicotomia homem-natureza. Dentre os vários fatores, salienta-se o monoteísmo, pois na tradição judaico-cristã:

a Terra [...] criada por um único Deus todo-poderoso, que após lhe dar forma, ordenou a seus habitantes que crescessem, se multiplicassem e exercessem domínio sobre todas as coisas inanimadas, ou que se movessem sobre ela (BRÜGGER, 1999, p.54).

No entender de Soffiati:

O judaísmo introduz a concepção de um processo histórico linear e escatológico<sup>7</sup> que será aprofundado pelo cristianismo e pelos sistemas de pensamento ocidental subsequentes. Essa concepção está presente no liberalismo, no marxismo [...], no anarquismo, no darwinismo e até no espiritualismo kardecista. [...] (SOFFIATI, 2002, p.38).

Ainda na tradição judaico-cristã há a crença, reafirmada enfaticamente, de que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. A expressão Deus só é grafada com “d” maiúsculo, e o homem é, em detrimento dos demais componentes da natureza, concebido como um ser privilegiado. Não mais faz parte da natureza. Com o cristianismo, no Ocidente, Deus sobe aos céus e, de fora, passa a atuar sobre o mundo imperfeito dos mortais. Tudo vê e controla do alto.

---

<sup>7</sup> Doutrina das coisas que deverão acontecer no fim dos tempos, no fim do mundo.

Frisa-se que a oposição entre a perfeição de Deus e a imperfeição do mundo material é criada pela tradição judaico-cristã e se torna um dos seus principais pilares, que o mantém soberano no poder desde a Idade Média (GONÇALVES, 1990). Nesta tradição, Deus não é habitante do mundo por Ele criado, mas os homens são a sua imagem e semelhança, portanto, são superiores às outras formas existentes na natureza.

Não obstante, a formulação ideológica, que dará impulso decisivo às oposições homem-natureza e sujeito-objeto, consolida-se a partir das contribuições dos filósofos e matemáticos franceses René Descartes (1596-1650) e Laplace (1749-1827). O primeiro, em sua obra “Discurso do Método”<sup>8</sup>, escrita no século XVII, defendia que o homem é o *cogito* e é a razão. Características que legitimam sua autonomia para atuar no mundo, partindo do princípio da divisibilidade infinita do objeto – totalidade divisível – e ênfase nas suas partes em detrimento do todo.

Na sexta parte dessa obra, Descartes enfatiza que a

[...] filosofia especulativa que se ensina nas escolas, pode-se encontrar numa outra prática, mediante a qual, conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam tão distintamente como conhecemos os diversos ofícios de nossos artefatos, poderíamos empregá-los do mesmo modo em todos os usos a que são adequados e, assim, nos tornar como que **senhores e possuidores da natureza**. (DESCARTES, 1996, p.69, grifos nosso).

O ideal cartesiano influenciou a fragmentação do pensamento ao impor a concepção de totalidade divisível, a qual privilegia a compreensão do todo através das propriedades das partes. Como consequência tem-se uma visão parcial e reducionista da realidade, pois exalta o caráter racionalista do conhecimento, bem como uma visão antropocêntrica e utilitarista de mundo, descrevendo a natureza – sinônimo de atraso e de barbárie – em uma linguagem físico-matemática para o domínio racional do homem pensante. Ademais, para Descartes, o universo material foi constituído por Deus como uma máquina perfeita, sem vida e sem espiritualidade, cujo funcionamento estaria, indissociavelmente, atrelado às leis mecânicas e exatas. Como consequência, a explicação de tudo no universo poderia ser efetivada através de leis matemáticas e do entendimento de suas partes.

Esse pensamento influenciou decisivamente o filósofo e político inglês Francis Bacon (1561-1626) e culminou com a concepção que o físico inglês Isaac Newton (1642-1727) formulou do universo, no início do século XVIII: um grande mecanismo de relojoaria, funcionando com precisão absoluta – paradigma<sup>9</sup> mecanicista (SOFFIATI, 2002).

Isso foi possível porque Newton, no início do século XVIII, realizou uma sistematização dos conceitos procedentes dos estudos de Copérnico, Kepler, Galileu, Bacon e, sobretudo, complementou o pensamento filosófico de Descartes, apresentando o mundo como uma máquina perfeita. Em sua concepção, Deus criou as partículas materiais, a força entre elas e as leis fundamentais do movimento. Tudo isso funcionando como uma máquina governada por leis universais ou imutáveis<sup>10</sup>, uma vez que a realidade é ordenada, rígida e previsível. Nesta perspectiva, o mundo é um sistema mecânico passível de ser descrito objetivamente pelo observador humano. Ressalta-se que este não tem envolvimento com o(s) objeto(s) por ele

---

<sup>8</sup> Escrita em 1637, é considerada a mais importante obra de Descartes. O seu intuito, ao publicá-la, foi o de expor um novo método científico, ou melhor, de reconstruir o saber a partir da crítica e da recusa à tradição cultural em voga e, concomitantemente, nega os procedimentos filosóficos da Escolástica. O método por ele apresentado tinha quatro regras: clareza/distinção, análise, ordem e enumeração. Mais detalhes ver Descartes (1996).

<sup>9</sup> O termo paradigma está sendo usado na mesma acepção a ele atribuído pelo filósofo e historiador da ciência Thomas Kuhn (KUHN, 1987).

<sup>10</sup> Fundado no Princípio da Identidade, consideravam que as mesmas causas sempre produziriam os mesmos efeitos – causalidade linear.

descrito(s) e que a descrição objetiva da natureza tornou-se o ideal de toda a ciência (LENOBLE, 1990; MORAES, 1996 e 2004; GRÜN, 2002).

Portanto, os fenômenos e os elementos naturais que inicialmente eram temidos pelo homem ocidental passam, através da supremacia do homem sobre a natureza, a ser “dominados” e a ele servir. O conhecimento teórico-instrumental, extraído do iluminismo, constituiu-se em verdade absoluta e dele derivou as técnicas, a serem aplicadas na produção, organização e administração da sociedade industrial em implantação pela burguesia e, por que não, da própria sociedade moderna capitalista.

A evolução técnico-científica, uma das características marcantes do pensamento burguês, alimentava seu próprio modelo econômico-produtivo: o capitalismo, e este modelo fomentava e financiava a evolução (RIBEIRO, 2007). Esse processo promoveu uma supervalorização das ciências naturais e, em meados do século XIX, passa a influenciar as ciências humanas, através do movimento positivista.

Vale ressaltar que esse movimento foi muito mais doutrinador que explicativo, pois ao invés de buscar explicar os fenômenos, especialmente os humanos, visou justificar, sem questionar, a dominação no intuito de preservar uma determinada ordem econômica, política e social pré-determinada. Na reflexão de Horkheimer e Adorno (1985) e Horkheimer (2003), a razão instrumental não se torna apenas uma forma de razão, mas sim a razão que desconsidera toda e qualquer outra forma de saber. Essa, mais que atender às necessidades humanas, que no bojo desse processo deixam de ser fim e passam a ser meio (RIBEIRO, 2007), tem a técnica como base e lastro. O ser humano não mais é a preocupação central e final, na medida em que finalidade passa, inexoravelmente, a ser o bom e adequado funcionamento do modo de produção e reprodução capitalista: produção, circulação, consumo e lucro.

No limiar do século XIX, com o triunfo da objetividade e do antropocentrismo no pensamento ocidental, o Estado-Nacional e os proprietários dos meios de produção e seus ideólogos, detentores do conhecimento técnico-científico, assumem como sujeitos-dominadores e, em contrapartida, aqueles que não detinham o referido conhecimento passam a ser objetos-dominados. E assim, cada vez mais, o conceito de natureza foi sendo reduzido à dimensão físico-natural, na medida em que a natureza era e ainda é, por muitos, vista apenas como fauna, flora, terra, água, fogo e ar. Os homens não mais a integram.

Aliás, a natureza é tratada pela sociedade moderna capitalista como algo exterior sem vinculação com o ser humano. Indispensável salientar que no bojo desta concepção os problemas da natureza são vistos e tratados via soluções técnicas, triunfo do tecnicismo. Opondo-se a essa concepção, Marcuse (1982) esclarece que a sociedade capitalista se reproduz num crescente conjunto técnico de coisas e relações que incluem a utilização técnica também do homem. Nesta perspectiva a existência e a exploração do homem e da natureza assumem, cada vez mais, caráter científico e racional no âmbito da racionalidade instrumental. É a vitória do modelo de organização socioeconômica, política, cultural e tecnicista imposto pela burguesia. Para sua sustentação foi necessária a utilização de aparelhos para produzir e difundir a ideologia<sup>11</sup> dominante da sociedade industrial, sendo o ensino público, gratuito e laico uma de suas muitas formas (VARELA; ALVAREZ-URIA,1992).

A escola pública ocidental se desenvolve sob a égide dessa ideologia, visando reproduzir os valores da burguesia. No século XVIII, a revolução política burguesa buscou universalizar o ensino, visando retirar os homens da ignorância e do conhecimento especulativo, assim como instruí-los para uma sociedade contratual, urbana e industrial, por meio de uma escola laica<sup>12</sup>. Nesse processo, caberia ao Estado criar as condições para que os seus nacionais se apropriassem da racionalidade técnico-científica da ciência moderna e essa, por sua vez, deveria estar presente

---

<sup>11</sup> Ideologia designada como um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas. Segundo o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), a ideologia pode ser considerada como um instrumento de dominação que age através da persuasão e não da força, de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade.

<sup>12</sup> Na acepção de ser uma instituição de caráter não religiosa e leiga.

no currículo escolar, garantindo a ordem social, numa perspectiva durkheimiana<sup>13</sup> e, concomitantemente, legitimando a ordem liberal-conservadora burguesa.

No entanto, em meados do século XIX, surgem alguns novos fundamentos da filosofia e da ciência que passam a negar o positivismo e o antropocentrismo, no que tange à relação entre homem e natureza e, assim, o paradigma mecanicista/tecnicista passa a ser criticado. Nesse contexto, Karl Marx suscita a ideia de interdependência entre o homem e o meio:

O homem vive na natureza, isto significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele deve permanecer em contínuo intercuro, se não quiser morrer [...]. a vida física e espiritual do homem está vinculada à natureza [...], pois o homem é parte da natureza (MARX, 2004, p. 84).

O naturalista alemão Ernest Haeckel (1834-1919) criou a Ecologia e se colocou frontalmente contra a fragmentação do conhecimento em nome do monismo<sup>14</sup>. Na Antropologia, Franz Boas (1858-1942) foi um dos primeiros nessa ciência a separar as noções de raça e cultura, como também a usar o termo cultura no plural, argumentando que não há uma cultura melhor do que a outra, o que existe são culturas diferentes mediante produções simbólicas distintas (CUCHE, 1999). Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009) consideravam os integrantes de outras culturas, seguindo a linha de Boas, como sujeitos, pois refutavam o eurocentrismo, que, até hoje, subjuga outras culturas, se autointitulando como uma cultura superior às demais. Neste sentido, a expressão “levar a civilização aos povos atrasados” foi e continua sendo o fundamento subjacente às intervenções de países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá em todo o mundo. A Antropologia, de maneira ampla e gradual, ao longo do século XX, foi afirmando que as noções de tempo, de espaço, de natureza, de sociedade e de ser humano variam de um sistema cultural para outro, conforme as percepções e representações que os sujeitos sociais constroem de acordo com os padrões socioeconômico, político e cultural nos quais estão inseridos.

Ao contrário do pensamento antropológico acima apresentado, a ciência moderna, tendo por base o princípio mecanicista, separa homem e natureza e passa a advogar que a mesma é estática, cabendo ao homem racional compreendê-la e dominá-la (GONÇALVES, 1990; SOFFIATI, 2002).

Soffiati (2002) informa que o evolucionismo do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) e a Termodinâmica<sup>15</sup>, no final do século XIX, são marcos importantes, pois reintroduzem a história e a irregularidade no relógio universal newtoniano. No início do século XX, a Teoria da Relatividade, formulada por Einstein (1879-1955), e a física quântica questionam radicalmente a física clássica, limitada em relação à complexidade dos fenômenos estudados.

Deve ser salientado que no mesmo período (final do século XIX e início do século XX) o cotidiano das sociedades capitalistas já estava profundamente impregnado com o mecanicismo imposto pela Revolução Industrial. Acreditamos que esta é uma das chaves explicativas para a distinção/separação homem e natureza, um dos muitos mitos fundantes da sociedade ocidental moderna.

Nesse processo, o conhecimento científico foi paulatinamente sendo esfacelado e o homem, já colocado em uma posição de superioridade em relação à natureza, vê o saber distante e distanciado de si. Esse esfacelamento, decorrente da fragmentação histórica do saber que se aprofundou com a crescente especialização funcional do sistema e sua consequente fragmentação/departamentalização, faz com que o conhecimento seja fragmentado, conhecendo-

---

<sup>13</sup> No entender do filósofo francês Émile Durkheim (1858-1917) a educação formal – escolar – possui a tarefa de modelar e preparar os alunos para as distintas funções sociais, evitando assim o perigo da anomia – desordem social – e viabilizando o bom funcionamento social por meio da divisão do trabalho (DURKHEIM, 1964; 1984).

<sup>14</sup> Monismo (do grego *monos*, "um"): teoria que aprezoa que o espírito e a matéria eram apenas aspectos diferentes da mesma substância.

<sup>15</sup> A Termodinâmica é a uma das partes da Física que estuda os fenômenos relacionados ao trabalho, energia, calor e as propriedades de uma determinada substância, bem como as leis que governam os seus processos.

se muito de muito pouco. As tentativas de inter e transdisciplinaridade só alcançarão o sucesso almejado se for retomado o conhecimento enquanto totalidade dinâmica. O modo de produção e reprodução da vida material prevalecente (capitalismo) em sua fase monopolista<sup>16</sup>, alimentado pela evolução técnico-científica, consolidou a distinção/separação homem-natureza. Esta última passou a ser vista somente como fonte inesgotável de riqueza, servindo de base para o progresso e o desenvolvimento ilimitado da civilização ocidental de base judaico-cristã e onde a razão instrumental predomina.

As relações entre os homens, já apartados da natureza, passaram a ser mediatizadas pela ambição de proprietários dos meios de produção<sup>17</sup> em sua busca desenfreada por riqueza e poder. Os valores e as ações efetivamente ambientais não possuem sentido nesse modelo de razão, na medida em que a lógica do modo de produção capitalista – reprodução ampliada do capital – sobressai à lógica humana. Deve ser salientado que no âmbito deste modelo a força de trabalho humana é reificada e, assim, transformada em mercadoria. Só que uma mercadoria especial, pois é a única capaz de produzir outras/novas mercadorias.

Como consequência, por um lado, de sua reificação e, de outro, da visão de mundo amplamente difundida nessa formação social, o homem, fruto da modernidade, já desumanizado, reduziu seu desejo humano a desejo de posse. Tudo e todos passaram a ser mercadorias. Acrescenta-se a isso a “ideologia da funcionalidade” que concebia/concebe o homem como peça (engrenagem) do sistema.

O conceito de bem-sucedido está atrelado à lógica do desempenho<sup>18</sup> e ao progresso tecnológico. É um sistema econômico que controla o imaginário dos sujeitos, pois ele (sistema) não lhes toma nada, pelo contrário, concede a eles (sujeitos) a liberdade para o consumo e os estimula para tal. Essa liberdade é uma forma de dominação sutil, inserida na subjetividade, pois, através dela, além de não se verem reificados, passam a acreditar que são livres.

É óbvio que a intensa evolução técnico-científica trouxe melhorias na qualidade de vida de alguns seres humanos, muito especialmente, para os proprietários dos meios de produção e para aqueles que, a partir da remuneração sobre a sua força de trabalho, possuem condições de consumir os novos serviços, agora produzidos. Não se pode negar que o avanço técnico-científico trouxe significativos avanços nos campos da medicina, da agricultura, da engenharia, nos sistemas de transportes, nos meios de comunicação, dentre outros. Entretanto, essas melhorias não estão relacionadas diretamente à qualidade de vida de todos os homens e, muito menos, aos outros integrantes do mundo natural (biótico e abiótico).

A partir da primeira metade do século XX, as causas e as consequências das degradações ambientais passam a ser percebidas em uma escala geográfica global e nacional, e não mais regional/local. Objetivando produzir conhecimentos mais aprofundados sobre essa problemática, a análise sistêmica passa a ser empregada nos vários quadros teórico-conceituais, assumindo, assim, grande expressão no meio científico.

Tais degradações ambientais acabam por configurar uma crise cuja singularidade Soffiati (2002) apresenta com muita propriedade:

[...] ocorreram crises planetárias não-antrópicas na história da Terra e crises antrópicas não-planetárias na história da humanidade; entretanto, é a primeira vez, nos 4.500.000.000 de anos de existência do nosso planeta, que se constitui

---

<sup>16</sup> Fase da Segunda Revolução Industrial, que teve por características: expansão da atividade industrial, larga utilização do petróleo e da eletricidade como fonte de energia, surgimento de modelos de racionalização da produção (taylorismo e fordismo), maior concentração do capital em determinadas áreas do espaço.

<sup>17</sup> No final do século XVIII, a burguesia assume, em decorrência de sua vitória nos processos revolucionários ocorridos em países europeus, o poder, e passa a dominar o conjunto das forças produtivas visando à obtenção de lucro crescente.

<sup>18</sup> Lógica subjacente a esta formação social específica que se manifesta nos processos que visam à racionalização da produção industrial: taylorismo, fordismo e toyotismo, promovendo a exploração, de modo cada vez mais sutil, da força de trabalho humana.

uma crise ambiental oriunda das atividades exercidas por uma só espécie – no caso, a nossa – que assume um caráter global (SOFFIATI, 2002, p.47).

Deve ser salientado que a crise ambiental contemporânea não afeta apenas a espécie humana, mas toda forma de vida e seus suportes em todo o planeta. Em outras palavras, os valores, as noções e as condutas prevalentes na atual formação social ameaçam/comprometem a sustentação da vida. Arthur Soffiati retoma as raízes históricas da crise ambiental contemporânea apontando:

[...] a crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção antropocêntrica, instrumentalizadora e utilitarista da natureza, cujas raízes remotas situam-se na tradição judaico-cristã, que constitui o substrato dos paradigmas humanista e mecanicista, formulados na Europa entre os séculos XV e XVIII. Essa concepção tanto é o resultado complexo do capitalismo em ascensão, como também é responsável pela revolução tecnológica eclodida no final do século XVIII, na Inglaterra. Em cinco séculos de era planetária, ambas – a concepção e as relações materiais por ela engendradas – impregnaram inteiramente as sociedades distribuídas pelo mundo, com maior ou menor sucesso segundo as resistências encontradas. Por derivar, também, de forma complexa, de atitudes culturais e políticas, bem como de práticas socioeconômicas, a crise ambiental do presente revela seu aspecto horizontal e, conseqüentemente, global. (SOFFIATI, 2002, p.50-51).

Portanto, é uma crise civilizacional do Ocidente, pois decorre do modelo de progresso, desenvolvimento e expansão ilimitada da produção capitalista. Esta, por sua vez, utiliza o conhecimento técnico-científico, cartesiano e newtoniano, sobre o mundo natural e humano como forma de aprisioná-los, subjugando-os de acordo com seus interesses.

A racionalidade científica instrumental desumanizou o homem na medida em que o reificou. Neste processo o homem foi sendo transformado em uma “espécie robotizada” que tem por finalidade última a satisfação de necessidades socialmente criadas pela lógica do capital. Assim, tem-se na atualidade um indivíduo consumista impulsivo, um desenvolvimentista convicto, em outras palavras, no lugar do *homo sapiens* triunfa o “*homo economicus*”. Este se considera acima das demais formas de vida existentes no planeta e, que, por isso, pode alterar tudo que está em seu entorno para satisfazer os interesses econômicos vigentes.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamentos, um determinado conjunto de valores aos quais se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. (MÉSZÁROS, 2004, p.58).

Como consequência desse modelo de sociedade urbano-industrial e democrático-contratual – que prevalece no Ocidente de tradição judaico-cristã – foram gerados maléficos efeitos no ambiente, dentre os quais destacamos:

- a) banalização da vida humana, sobretudo no que se refere ao desrespeito ao outro, na condição de indivíduos ou grupos socioculturais;
- b) aceleração do ritmo de vida;
- c) demanda cada vez maior de recursos energéticos não renováveis.
- d) perda de biodiversidade a partir da destruição de ecossistemas;

- e) mudanças climáticas, no que tange à diminuição da concentração de ozônio na estratosfera e o fenômeno do aquecimento global dada a excessiva emissão de gases estufas na atmosfera;
- f) aumento cada vez maior do emprego de aditivos químicos nos alimentos;
- e) aumento considerável resíduos sólidos urbanos e também do lixo radioativo.

As relações entre os homens e entre o homem e o MA são mediatizadas pela ambição humana de riqueza e poder. Os valores e as ações efetivamente ambientais (naturais e humanas) não possuem sentido nesse modelo de razão, pois a lógica do sistema – de reprodução ampliada do capital – sobressai à lógica humana.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas do presente artigo, de modo muito rápido, indubitavelmente são profundas e complexas, o que dificulta uma reflexão consensual final. O nosso intuito com este artigo é de contribuir reflexivamente no debate e na construção de uma sociedade sustentável.

Assim, pensamos que frente ao panorama atual de crise ambiental torna-se urgente rompermos (na condição de cidadãos planetários) com este modelo de razão cientificista e cartesiano, buscando transcender o imaginário sociocultural, alterando o *status quo*, e estabelecer um outro modelo de razão calcado em noções, valores e ações verdadeiramente humanos e que restaurem a integração homem e natureza. Enfatiza-se que é imprescindível recriar uma nova aliança com a natureza, respaldada em nova forma de compreensão do mundo e, também, de exercício do poder.

Em outras palavras, é necessário criar uma sociedade efetivamente sustentável fundada em um novo modelo econômico, cuja finalidade deva ser a sustentabilidade do meio ambiente do qual o homem é apenas componente. E a EA de cunho emancipatório, participativo e contextualizado é um dos processos favoráveis para tal criação, a qual visa formar sujeitos ambientalmente críticos e pensantes.

### REFERÊNCIAS

- BORNHEIN, Gerd A. (Org.). **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- CUCHE, Denys. Gênese social da palavra e da ideia de cultura. In: CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. (Trad. Viviane Ribeiro). Bauru: EDUSC, 1999.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. (Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1964.
- \_\_\_\_\_. A educação sua natureza e atribuições. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia, educação e moral**. Porto: Editora Rés. 1984.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** 6.ed. Campinas: Papirus, 2002.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** (Trad. Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão.** (Trad. Sebastião Uchoa Leite). 5.ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa.** Disponível em: <<http://www.dicionariohouaiss.com.br/index2.asp.html>>. Acesso em 3 out. 2008.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** (Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira). 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de Natureza.** (Trad. Tereza Louro Pérez). Lisboa: Eduções 70. 1990.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.** 6.ed. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Maria Cândida Borges de. **O paradigma educacional emergente.** Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1996. 227f.

\_\_\_\_\_. **Pensamento ecossistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Wallace Carvalho. Teoria crítica: contribuições para se pensar a Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**, Betim, v.4, n.2, dez. 2007.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez. 2002.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v.6, 1992.

VESENTINI, José William. **Sociedade e espaço: Geografia Geral e do Brasil.** 43. ed. São Paulo: Ática, 2004.